



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Albertino Bragança

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Carlos Pinheiro

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente, a pedido da Agência Nacional de Petróleo, recebeu uma delegação da Agência Norueguesa de Cooperação para África, que se encontrava no País para o balanço das actividades petrolíferas em São Tomé e Príncipe. Usaram da palavra, além do Director da Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo (Carlos Neves), do Director da Agência Norueguesa de Cooperação para

África (Svein Heglund), do Coordenador Norueguês de Petróleo para São Tomé e Príncipe (Gunner Soiland) e do Técnico da Agência Nacional de Petróleo (Guilherme Mota), os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma (ADI), Carlos Pinheiro (ADI) e Dionísio Leopoldino (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 10 horas.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados membros da Comissão:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Hélder Paquete** Lima  
**Carlos Alberto Pinheiro**  
**Cecílio Quaresma** da Graça do Sacramento  
**Roberto Patrício das Neves Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Dionísio** Fernandes **Leopoldino**  
**Guilherme Octaviano** Viegas dos Ramos  
Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino** Homem dos Santos Sequeira **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — Queremos agradecer a presença do Dr. Carlos Neves e dos seus acompanhantes. Recebemos um convite da Agência Nacional de Petróleo (ANP), no sentido de receber a delegação norueguesa. Queríamos saudar os senhores por virem a São Tomé e Príncipe e esperamos que saiam daqui com uma boa impressão do nosso país.

Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Neves.

O Sr. **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo** (Carlos Neves): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Agência Nacional de Petróleo quis aproveitar a oportunidade de termos no País uma delegação da Noruega que veio fazer o balanço das actividades que temos tido com o apoio daquele país, um apoio que já existe há alguns anos no domínio do sector petrolífero e então, como se aproxima o final do ano e temos de rever o programa para o ano de 2012, essa delegação está connosco, isto interessa-nos e também queremos trocar algumas impressões com a Assembleia Nacional.

Esta cooperação com a Noruega no domínio do petróleo é uma cooperação que existe há alguns anos nos domínios do sector petrolífero, na medida em que, com a assessoria da Noruega, pudemos preparar também o primeiro leilão de blocos petrolíferos.

A Noruega já havia demonstrado o desejo de alargamento dessa cooperação, creio que em 2005 ou 2006 houve uma delegação parlamentar que se deslocou a Noruega em visita oficial, na qual eu próprio fiz parte e isto revela o interesse que a Noruega tem demonstrado no alargamento da cooperação com São Tomé e Príncipe.

Neste momento, da discussão que temos tido com eles, verificámos que há a possibilidade de continuidade desse relacionamento entre a MPD ANORATH, que é a Agência de Cooperação da Noruega, com a Agência Nacional de Petróleo. Vão continuar a fazer a assessoria que até aqui tem havido e é uma acção que também se estende ao apoio à formação de quadros do sector petrolífero da Agência e, portanto, gostaríamos de, perante a 4.<sup>a</sup> Comissão, manifestar os agradecimentos da Agência Nacional de Petróleo a essa cooperação com a Noruega.

Portanto, Sr. Presidente, feita esta apresentação genérica da presença da delegação da Noruega, se os Srs. Deputados estiverem interessados em dizer algumas palavras podem dizer e depois estaremos abertos a qualquer pergunta que queiram colocar à delegação.

O Sr. **Presidente**: — Agradecemos as palavras do representante da Noruega dirigida a esta comissão.

Reconhecemos a Noruega como um país de sucesso na exploração petrolífera e não só, é um país com um dos melhores índices de desenvolvimento humano de todo o mundo, um país em que a exploração petrolífera se rodeia de muita seriedade e de muita transparência. Sabemos que até neste aspecto temos vindo também a retirar dividendo na cooperação com a Noruega.

Certamente houve grande apoio de uma empresa norueguesa na prospecção sísmográfica, na fase em que precisávamos de o fazer tanto na Zona Económica Exclusiva como na Zona de Exploração Conjunta. Daí que a vinda desta delegação à Assembleia Nacional reforça algo que consideramos que tem vindo a ser um tanto quanto deficitário, que é a participação efectiva da Assembleia Nacional nesse processo.

Srs. Deputados, ouviram a comunicação feita pela delegação que nos visita, não sei se têm qualquer pergunta ou qualquer comentário a elaborar de modo que se estabeleça um diálogo com os nossos visitantes.

Tem a palavra o Sr. Svein Heglund.

**O Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África** (Svein Heglund): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, chamo-me Svein Heglund, sou funcionário coordenador da MORADE, que é uma instituição norueguesa que responde pela cooperação internacional no âmbito de assistência através do petróleo, e no âmbito do programa de petróleo para o desenvolvimento vimos assistindo 25 países ao todo.

Implementamos esse programa de cooperação essencialmente através de trocas de impressão entre instituições norueguesas e instituições de outros países com os quais estaremos a dialogar e nesse caso concreto em troca de impressões com ministérios, institutos e seus quadros, através de um programa concreto de desenvolvimento que preparamos conjuntamente com o outro lado para o efeito.

Trabalhamos em coordenação com a NPD, que é coordenada pelo Sr. Gunner Soiland, que coordena as actividades norueguesas em relação a São Tomé e Príncipe.

Neste momento, temos assistido essencialmente, através da ANP, a melhoria das leis que vão passando, ou seja, para melhorar algumas e ajudar a elaborar novas, quando elas são precisas. Estamos a trabalhar neste sentido desde 2006 e trabalhamos com a ANP sobre regulamentos e leis actuais do petróleo são-tomense, quer através dos contratos que já existem, quer através de regulamentos e de termos de referência para estudos, etc., tudo que diz respeito ao âmbito do petróleo para o desenvolvimento.

Estamos aqui para fazer exactamente o balanço daquilo que foi feito nos últimos 2 anos, de conformidade com o programa que assinámos e podemos precisar que houve cumprimento dos objectivos traçados e estamos neste momento a desenhar um novo programa para os próximos 2 anos. Por essa razão estamos a promover encontros também com outras instituições para enriquecer o nosso programa de cooperação para esse período.

Passo palavra ao meu colega Gunner para mais detalhes sobre o futuro programa para os próximos 2 anos.

**O Coordenador Norueguês de Petróleo para São Tomé e Príncipe** (Gunner Soiland): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso papel é muito semelhante ao que faz a ANP cá em São Tomé.

Portanto, no nosso novo programa para 2012-2013, vamos debruçar-nos essencialmente na criação de competências que precisam ter para estarem preparados para negociações com os operadores e as companhias.

Iremos dar também uma atenção particular na monitorização das operações petrolíferas, preparar o *staff* local para acções que virão a ter lugar e também concentrar na capacidade própria de avaliar as capacidades de extracção e prospecção do petróleo nesse caso.

São Tomé e Príncipe acabou de assinar um contrato com a Oranto Petroleum, contrato de partilha de produção, e brevemente deverá assinar um contrato idêntico com a Equator e com a ERHC. Portanto, ao todo serão três contratos de partilha de produção que o País terá e fazemos apelo para que seja devidamente controlada e seguida a implementação desse contrato por parte das autoridades competentes.

Neste momento, conhecemos o *drafting* do actual contrato e podemos estar sempre presentes para melhorarmos nos aspectos que forem necessários melhorar ao longo do tempo.

Temos estado a dar assistência legal nessas leis petrolíferas, em todos os aspectos praticamente e nos contratos e pusemos à disposição de São Tomé e Príncipe, através da Agência, uma firma de advogados noruegueses muito bem cotada no nosso mercado, para assistir a Agência na interpretação e na melhoria de futuras leis que vierem a aparecer.

Iremos trabalhar posteriormente também com modelos económicos da indústria petrolífera. Isso é muito importante, porque irá permitir ao Governo estar sempre actualizado em termos de diferença, quer de recursos obtidos e daquilo que deve ser partilhado ou não com as operadoras petrolíferas, de modo que de tempo em tempo o Governo possa ver ajustado ou aumentado mesmo os seus recursos através de cobranças a companhias das taxas e não só.

Quando as três companhias estiverem operacional na área são-tomense, São Tomé e Príncipe irá receber um volume muito elevado de dados sísmicos para interpretação e é preciso que esses dados sejam devidamente interpretados, que sejam muito bem tratados e que estejam devidamente protegidos, porque são dados que constituem riqueza e toda a informação sobre aquilo que poderá ser a riqueza sísmica são-tomense em termos de petróleo e estaremos presentes para ajudar nesta área.

Trouxe uma revista que espelha a nossa actividade anual no âmbito dos países com os quais cooperamos e neste caso concreto incluímos São Tomé e Príncipe do qual temos imagens muito bonitas e aquilo que foi a nossa cooperação durante os 2 últimos anos.

**O Sr. Presidente:** — Agradecemos as intervenções dos delegados noruegueses e também do Sr. Director Carlos Neves.

Agradecemos o apoio que a Noruega prestou e vem prestando nesta fase que consideramos decisiva para a exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe.

Como sabem, o processo de petróleo em São Tomé e Príncipe começou em 1997 e na altura lembro-me que estava no governo e quando a questão foi colocada pela primeira vez e que se disse que só iríamos ouvir falar do petróleo verdadeiro em 2002, 5 anos depois, todos disseram que é muito tempo. Hoje estamos em 2011 e ainda não vimos o petróleo em São Tomé e Príncipe.

Viveu-se então um período de grande esperança por parte da população, criou-se muita expectativa em relação ao processo petrolífero, mas hoje parece que as coisas melhoraram do nosso ponto de vista, na medida em que essa expectativa baixou. Não queremos correr o risco de a ideia de petróleo desaparecer em São Tomé e Príncipe por não ter surgido nenhuma notícia, digamos, mais animadora para um povo que sofre de carências graves que o petróleo poderá ajudar a combater.

Julgo que se criou hoje um ambiente mais propício ao desenvolvimento desse processo, na medida em que esta tensão diminui e por isso mesmo a 4.ª Comissão e através dela a Assembleia Nacional considera que é o momento de uma grande reflexão e articulação entre a Agência Nacional de Petróleo, enquanto órgão governamental, e a Assembleia Nacional, no sentido de que o processo caminhe de forma mais profícua.

Face a isso, tenho duas questões: primeira, gostaria de saber da experiência norueguesa, desse relacionamento da fiscalização que a Assembleia fez na Noruega do processo de exploração petrolífera que é um sucesso a nível mundial, o processo norueguês. Qual foi o papel efectivo da Assembleia Nacional em termos de fiscalização de todo o processo?

Segunda, uma pergunta à delegação norueguesa. Enquanto colaboradores efectivos com São Tomé e Príncipe neste processo, como é que vêem a exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe? Que esperança e que garantia nos dão, fruto da vossa experiência, enquanto estão solidários com São Tomé e Príncipe?

**O Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África:** — Para começar, efectivamente é preciso ter-se muito cuidado com a questão da expectativa. Na verdade essa questão pode ser um problema quando é demasiado alta e os resultados custam a aparecer.

Pre vemos que dentro de 3 a 4 anos São Tomé Príncipe fará a sua primeira descoberta e, se assim for, prevemos mais 3 a 4 anos para a instalação de todo o equipamento necessário, ou seja, as plataformas e tudo aquilo que é necessário para entrar em funcionamento uma plataforma petrolífera, e daí, se calhar, ainda mais 3 para começar a extracção do petróleo no mar.

**O Sr. Presidente:** — Já são 10 anos.

**O Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África:** — É, ao todo 9 a 10 anos. Portanto, é um processo efectivamente longo, mas que acaba trazendo sempre resultados. Isto para a Zona Económica Exclusiva.

Em relação à fiscalização do Parlamento norueguês sobre as actividades petrolíferas, tudo passa pela Assembleia. Tudo que consideramos essencial tem que passar pela Assembleia norueguesa. Desde a decisão de dar-se início à actividade de petróleo como tal, aqui e acolá, tudo que é essencial que pode ter impacto tem que passar pela aprovação da Assembleia Nacional Norueguesa.

Em Noruega começamos o processo todo em 1969, temos a sorte de em 1971 fazer a primeira descoberta e dali continuamos a descobrir. Foi um caso, nem todo o caso de petróleo é assim, mas no caso concreto de São Tomé e Príncipe prevejo que todo esse processo junto começará a dar resultados concretos em 2025.

Se tivemos a sorte de fazer grandes descobertas e daí iniciar o tal processo de exploração petrolífera concretamente, é preciso lembrar que nos primeiros anos temos que reembolsar as companhias petrolíferas que irão investir na montagem dos equipamentos e plataformas. Entre esse reembolso e o Estado começar a adquirir qualquer coisa concreta leva mais algum tempo, pelo que estamos a falar num processo petrolífero mais para os nossos filhos e netos do que para nós próprios.

*Risos gerais.*

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado pela explanação e em termos de esperança acho que estamos conversados.

*Risos gerais.*

**O Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África:** — Não me diga que ficou desanimado com a perspectiva?

**O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD):** — Completamente.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Também gostaria de dar boas vindas à delegação norueguesa assim como à Agência Nacional de Petróleo.

Quanto ao primeiro ponto, foi sobejamente explicado e esvaziou-me totalmente, porque foi para além das expectativas com que estava alimentado. Ainda tinha a esperança de ver jorrar o petróleo, mas vou transmitir essa mensagem aos meus netos

*Risos gerais.*

Nesse caso vou limitar a minha intervenção apenas à segunda questão. Gostaria de saber apenas se tem havido alguma motivação e mobilização para a envolvimento do *local content*.

O **Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África**: — Com certeza que para a implementação do *local content* a oportunidade é ainda mais próxima e até melhor, porque desde que haja inovação devidamente estabelecida para o efeito haverá todo um conjunto de actividades que têm que ser implementadas antes do aparecimento do petróleo. Estamos a falar por exemplo da prestação de serviços, das montagens das plataformas, das construções, dos transportes, etc., uma série de actividades que antecedem a exploração do petróleo por si e que, portanto, envolverão o *local content*, caso haja legislação para esse efeito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Carlos Neves.

O **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo**: — Sobre essa questão do *local content* apenas quero fazer um esclarecimento. A lei do petróleo que foi aprovada em 2009 diz que as empresas petrolíferas tinham que dar preferência às empresas nacionais. No caso concreto da Oranto, da Equator e mesmo da ERHC, com a qual vamos assinar os próximos contratos, os termos do Contrato de Partilha de Produção está previsto que elas têm que dar preferência às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços.

A Oranto, por exemplo, já criou uma empresa, a Oranto São Tomé, já está aqui instalada e tem um advogado nacional. Ela vai começar as suas operações no início do próximo ano e tudo que for serviços que ela tenha que fazer ou contratações de subempreitada, em princípio, deve dar preferência às empresas nacionais. Isto está previsto na nossa legislação.

O **Coordenador Norueguês de Petróleo para São Tomé e Príncipe**: — Tendo levado a vossa expectativa um pouco abaixo por causa do que disse anteriormente, quero dizer que efectivamente conheço pouco a Zona Económica Conjunta com a Nigéria. Quando falo, refiro-me essencialmente à Zona Económica Exclusiva que é a zona que venho seguindo de perto, através da Agência Nacional de Petróleo. Daquilo que sei, a Total planeia fazer brevemente algumas perfurações na zona que adquiriu e pequenas descobertas já foram feitas na Zona Conjunta, mas tudo indica que a Total irá fazer alguns furos e provavelmente a expectativa em relação ao petróleo não será tão longa assim. Talvez o tempo venha a confirmar o que falei em relação à Zona Conjunta.

O Sr. **Presidente**: — Eu ia precisamente fazer uma pergunta, já que falou disso.

Vimos na Televisão São-tomense o Director da parte são-tomense do Gabinete em Nigéria dizer que a Total está mesmo ainda a preparar as segundas perfurações e que elas iriam ser feitas em Abril.

Vamos supor que dessas perfurações na Zona Conjunta haja uma boa notícia de que há petróleo. Estamos preparados para receber a notícia e operacionalizar o petróleo?

O **Coordenador Norueguês de Petróleo para São Tomé e Príncipe**: — A nossa experiência em Noruega é que entre a descoberta e a produção leva mais ou menos 10 anos, mas a Nigéria e a Noruega, em termos de exploração, já têm o mesmo tempo. Portanto, se a Total fizer uma descoberta que se justifica, então com a experiência e o mínimo de conhecimento que já têm esse tempo poderá ser encurtado para 6 anos possivelmente.

O **Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África**: — Recomendo e encorajo as autoridades são-tomenses que vejam quer a Zona Conjunta partilhada com a Nigéria, quer a Zona Exclusiva de São Tomé e Príncipe como uma única coisa debaixo de um mesmo guarda-chuva, debaixo de um mesmo Estado, de uma mesma instituição.

Que estejamos atentos principalmente em matéria de *local content* com a Nigéria, dado que eles já possuem uma vasta experiência na matéria, já vêm prestando e recebendo esse serviço a longo tempo, portanto, se calhar São Tomé e Príncipe pode fazer excursões à Nigéria para ganhar experiência neste sentido de parcerias e ver como é que eles ao longo dos tempos foram implementando, para que a Zona Económica Exclusiva seja efectivamente uma zona exclusiva para os são-tomenses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Também dou boas vindas à delegação norueguesa e tenho duas questões, uma delas o Sr. Presidente já levantou, que era na verdade uma grande preocupação. Era quando é que poderíamos ver o petróleo em São Tomé e Príncipe.

A segunda questão é mais ligada aos técnicos de São Tomé e Príncipe. Segundo a explicação dada pelo Sr. Coordenador norueguês para São Tomé e Príncipe, poderemos ver que na verdade tudo é feito na Noruega com o consentimento da Assembleia Nacional. A minha pergunta é feita da seguinte forma: qual é a relação real entre a Agência Nacional de Petróleo e a Assembleia Nacional, sobretudo a 4.<sup>a</sup> Comissão, em relação às actividades que têm levado e levarão a cabo nesses próximos dias, meses ou anos?

Tem-se notado algumas actividades que a 4.<sup>a</sup> Comissão não tem conhecimento. Não sei se a 4.<sup>a</sup> Comissão, quando houve o leilão que se passou, teve interferência, foi chamada ou teve conhecimento. Tendo em conta que estamos a ser assessorados pela Noruega em alguns domínios, gostaria de saber qual é a relação entre a Agência e a Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Carlos Neves.

O **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo**: — Respondendo directamente a pergunta do Sr. Deputado Cecílio, a relação entre a Agência Nacional de Petróleo e a Assembleia Nacional não é uma relação directa, porque a Agência é um departamento do Governo. Portanto, nos termos constitucionais, o Governo presta conta à Assembleia Nacional e a Assembleia Nacional tem a competência de supervisionar tudo que são os recursos do País, aprovar as leis e os decretos. Há a Lei-quadro das Operações Petrolífera e é na base dessa Lei que a Agência se rege. Ela presta conta directamente ao Governo, mas sempre que a Assembleia Nacional entender, seja através da 4.<sup>a</sup> Comissão seja através de outra comissão qualquer, ela pode ter acções de fiscalização e supervisão, de questionamento, não só em relação à Agência Nacional de Petróleo, mas em relação a qualquer outro departamento do Estado.

Nós já tivemos a oportunidade, creio que ainda este ano, de sermos chamados aqui à 4.<sup>a</sup> Comissão para prestarmos esclarecimentos. Sempre que a Assembleia entender a Agência Nacional virá prestar esclarecimentos.

Não deve, em princípio, ser sempre uma iniciativa da Agência, porque ela é um departamento dependente do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não sei se esgotaram as perguntas.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais queria cumprimentar a delegação norueguesa e também os representantes da Agência Nacional de Petróleo.

Gostaria de saber da parte da delegação norueguesa qual é o balanço que faz no âmbito dessa cooperação com São Tomé e Príncipe especificamente, se pode precisar quais são as dificuldades que tiveram durante o cumprimento da cooperação e quais são os pontos fracos por parte de São Tomé e Príncipe.

Como sabem, a maioria dos balanços normalmente são positivos e não retratam os pontos negativos, as dificuldades. Por isso, gostaria de saber das dificuldades que tiveram.

O **Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África**: — Pela nossa experiência enquanto país petrolífero, toda essa gama espelha como ao longo dos anos temos vindo a passar toda essa experiência para outros parceiros de desenvolvimento que conosco cooperam, damos conselhos e inclusive fazemos sempre atenção também aos pontos fracos, aqueles pontos precisamente que passamos ao longo dos tempos na Noruega. Também tivemos imensos problemas na nossa fase inicial, passamos por maus bocados, tivemos situações boas, mas também tivemos algumas más e ao longo dos tempos fomos resolvendo cada coisa no seu momento.

É com base nessa experiência acumulada que nos cingimos essencialmente a dar conselhos e apresentar aquelas recomendações que cientificamente são viáveis.

Não participamos em nenhuma tomada de decisão, apenas aconselhamos e deixamos que toda a decisão seja tomada pelos respectivos governos.

O **Coordenador norueguês de Petróleo para São Tomé e Príncipe**: — A nossa cooperação com a ANP tem sido muito profissional e com um nível de capacidade muito elevada. Reconhecemos bastante melhoria de tempo em tempo na ANP e cada vez que regressamos é tecnicamente visível.

Em relação à política de petróleo para o desenvolvimento que é a nossa base de cooperação com outros países, fazemos questão que os países tenham estabelecido e em andamento todas as instituições que deverão fazer parte ou que estarão afectas ao controlo dos recursos petrolíferos, para evitar casos que temos visto infelizmente na costa africana e mesmo aqui vossa região da África.

Temos conhecimento de casos muito tristes de exploração petrolífera que em nada serve ao seu país, isto felizmente não aconteceu na Noruega, e tendo em conta que São Tomé e Príncipe está numa fase embrionária na sua região petrolífera, estão bem posicionados para não acontecer este tipo de coisas cá, até porque já temos algumas instituições para supervisionar, de forma que isso não aconteça.

O Sr. **Presidente**: — Depois desta intervenção, queria fazer uma pergunta à delegação norueguesa. Quando acontece esses casos tristes em países apoiados pela Noruega, qual é a sua posição face ao país apoiado pela competência norueguesa?

O **Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África**: — Muito boa pergunta. Em relação aos países que a Noruega assiste, em princípio quando estabelecemos no ramo da cooperação não impomos condições nenhuma, mas tudo é feito no sentido de ser mais transparente possível e também induzir essa mesma transparência de nossos parceiros de desenvolvimento. Mas normalmente os países que insistem em não obedecer às regras de transparência ou que não obedecem, no mínimo, aquilo que deve ser estabelecido com os países petrolíferos, reunimos e consideramos o nosso caso de assistência ou não ou mesmo desistimos. Normalmente, antes de tomar uma medida, fazemos de tudo para mudar o percurso de acção desses países. É por isso que ainda estamos em países como o Iraque, o Sudão, mesmo Angola e outros países, para ver se mudam o curso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Leopoldino.

O Sr. **Dionísio Leopoldino (MLSTP/PSD)**: — Sr. Presidente, quero saudar a delegação norueguesa e a delegação da ANP. Estava a escutar atentamente a preocupação dos meus colegas, analisei atentamente todas as explicações dadas pela delegação norueguesa, mas tenho uma questão que acho fundamental.

Tendo em conta a reciprocidade com a Nigéria, quando se falou da perfuração da zona conjunta, a minha preocupação é concernente a *local content*. Tendo em conta essa parceria entre a Agência norueguesa e a Agência Nacional de Petróleo, há alguma proposta para a formação de recursos humanos que representam a *local content*, para que de facto São Tomé e Príncipe tire o maior proveito dessa reciprocidade de 60 e 40% da Zona Conjunta? É esta a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director da Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo**: — A assistência da Noruega não se estende à Zona Conjunta, apenas à zona económica exclusiva. Aliás, posso acrescentar aos Srs. Deputados que a Zona Conjunta está a ser regida na base de um tratado. Embora a Agência Nacional tenha a supervisão de todos os recursos de São Tomé e Príncipe, o que inclui os 40% que tem na zona conjunta, não temos ligações directas com a Autoridade Conjunta. Mesmo qualquer informação que queiramos ter sobre o que se passa na Zona Conjunta, temos que fazer através do Governo, porque não há relação directa e a assessoria da Noruega limita-se apenas à Zona Exclusiva e não tem nada a ver com a Zona Conjunta.

Em qualquer dos casos, em relação a *local content*, já foram feitos alguns seminários aqui no País para alertar a nossa classe empresarial sobre as modalidades e as formas daquilo que se pode esperar do *local content*. É evidente que é preciso fazer mais, no sentido de alertar a nossa classe empresarial, para que ela possa tirar proveito.

Percebo a pergunta do Sr. Deputado, que participação eventualmente São Tomé e Príncipe está a ter do *local content* na Zona Conjunta? Penso que nesse aspecto não estamos a ter qualquer participação, porque lá se está numa fase mais adiantada. Já foram feitos furos nos blocos 1, 2, 3 e 4, portanto, alguma movimentação relativa ao *local content* existe na Zona Conjunta, mas os empresários são-tomenses estão completamente à margem desse processo. É algo que escapa à ANP e temos que ver a nível do tratado e do Governo como é que os empresários são-tomenses poderão ter maior participação naquilo que se passa na Zona Conjunta.

Criou-se o Laser Office, uma representação da autoridade conjunta aqui em São Tomé, mas mesmo assim a participação são-tomense em termos dos 40% do *local content* parece-me que está muito a quem, mesmo em termos de enquadramento dos nosso quadros. Se formos ver a percentagem na Autoridade Conjunta, não é aquela que deveria ser em termos proporcionais. Acho que há um trabalho ainda a ser feito

e muito profundo entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria, no sentido de equilibrar mais essas relações na exploração da Zona Conjunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director da ANP, na sua opinião, qual é a participação que a Assembleia Nacional pode fazer para pressionar, no sentido de haver mais equilíbrio nesse aspecto do *local content* na Zona Conjunta?

O Sr. **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo**: — Acho que a Assembleia deve ver junto ao Governo que forma de participação pode haver e mesmo em termos de implementação do memorando de entendimento que assinámos há 2 anos com o parlamento nigeriano. Lembro-me que na altura houve uma visita de um parlamentar da Nigéria a São Tomé e Príncipe e nós assinámos um documento com a Nigéria, no sentido de haver uma maior participação dos parlamentos naquilo que se passa na Zona Conjunta, mas em relação à gestão da Zona Conjunta acho que a assembleia nacional pode perfeitamente ver junto ao Governo como São Tomé e Príncipe pode ter uma maior participação na gestão da Zona.

O Sr. **Técnico da Agência Nacional de Petróleo** (Guilherme Mota): — Sr. Presidente, é bom acrescentar que os Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países são Presidentes do Conselho Interministerial de ambos os países na Zona Conjunta. Portanto, nesse aspecto, penso que o nosso Ministro, mais o seu staff ou com o pessoal da Zona Conjunta cá poderão precisamente dar uma ideia.

O Sr. **Presidente**: — Parece que terminamos as intervenções do nosso lado, mas gostaríamos de agradecer a Agência Nacional de Petróleo e os representantes da Agência norueguesa por virem a este encontro, que foi extremamente produtivo, porque tomamos conhecimento de muitas informações para nós úteis, para o futuro de São Tomé e Príncipe e também para o nosso trabalho, enquanto fiscalizadores da acção governativa.

Queremos por isso agradecer e esperamos que essa cooperação se mantenha viva e actuante, porque aproxima mais os dois países e é extremamente benéfico para São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Director de Administração e Relações Públicas da Agência Nacional de Petróleo**: — Sr. Presidente, gostaria também de, em nome da Agência Nacional de Petróleo, agradecer os Srs. Deputados por esse tempo que nos concederam para prestar essas informações.

O **Director da Agência Norueguesa de Cooperação para África**: — Sr. Presidente, muito obrigado também por nos ter recebido. Efectivamente consideramos da nossa parte quase que é uma missão, mas também uma obrigação transmitir tudo aquilo que sabemos, o conhecimento da nossa experiência sobre o dossier petróleo. Fizemo-lo com muito gosto e prazer, pelo que estamos sempre disponíveis para essas questões, e não só, e ao longo do tempo acreditamos que vamos fazer mais e melhor.

Vocês têm uma ilha muito bonita e estamos a nos divertir imenso com essa verdura toda que está por aí e no fim o melhor a fazer é preservá-la.

O Sr. **Presidente**: — Diga-lhes que não passem muito por aqui, porque a ilha é bonita de facto e quem passear muito fica aqui de vez.

*Risos gerais.*

Senhores, declaro encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 30 minutos.*